

PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 123, DE 13 DE SETEMBRO DE 2012.

“Revoga a Lei Municipal nº 3.158, de 07 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Plano de Incentivos Fiscais a Projetos Habitacionais Populares, vinculando a Programas oriundos de recursos federais, estaduais e/ou municipais, e dá outras providências.”

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

L E I

Art. 1º Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 3.158, de 07 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Plano de Incentivos Fiscais a Projetos Habitacionais Populares, vinculando a Programas oriundos de recursos federais, estaduais e/ou municipais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 13 de setembro de 2012.

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Sigrid Inês Guthmann Pesenatto
Secretária da Administração

Publicada em ____/____/____

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº. 123, de 13 de setembro de 2012 que: *“Revoga a Lei Municipal nº 3.158, de 07 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Plano de Incentivos Fiscais a Projetos Habitacionais Populares, vinculando a Programas oriundos de recursos federais, estaduais e/ou municipais”*.

A presente proposta deve-se pelo fato de que há divergências quanto à aplicabilidade da referida Lei, pois falta previsão de renúncia das taxas previstas no artigo 3º em toda a sua plenitude, o que tornaria necessário promover alterações na atual Lei de Diretrizes Orçamentária, sendo impossível neste momento, visto que as peças orçamentárias já foram apresentadas em audiência pública.

Verificou-se que no citado artigo foi previsto isentar a “taxa de cartão numérico”, porém não há previsão no Código Tributário Municipal.

Atenta-se inclusive para a dificuldade de aplicar o art. 7º da aludida Lei, visto a falta de controle efetivo sobre o repasse dos valores ao preço final do imóvel.

Cabe salientar que até a presente data não houve a aplicabilidade da referida norma, pois somente uma requerente se habilitou para tal concessão, porém não logrou êxito.

Destaca-se que a intenção é que a partir do próximo exercício promova-se a elaboração de nova norma regulamentando a matéria.

Sendo assim, e contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

ERNANI DE FREITAS GONÇALVES
Prefeito Municipal